

A construção do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso como Política de Estado

Maria Regina Gobatto*
Tania Maria Lima Beraldo**

The Construction of the Center for Training and Updating of Basic Education Professionals in Mato Grosso as a State Policy

*Doutoranda no Programa de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (Cefapro/MG)

**Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

RESUMO: O objetivo deste estudo foi descrever a criação e a (re)configuração das ações do atual Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (Cefapro/MT) no contexto da política de Formação da Secretaria de Estado de Educação (Seduc/MT). Procurou-se reconstituir cronologicamente a trajetória do Cefapro/MT, indicando o contexto de sua origem, seus objetivos, sua estrutura administrativa e orientação pedagógica. Os dados foram buscados em textos oficiais da legislação brasileira e estadual, além de entrevistas com protagonistas da história do Cefapro/MT. As análises indicam que a iniciativa de criação do Cefapro/MT se deu no contexto de uma escola pública e posteriormente foi assumida como uma política de Estado para a formação continuada de todos os profissionais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Cefor; Cefapro; Formação Continuada.

ABSTRACT: *The goal of this study has been to describe the creation and the (re) configuration of actions by the current Center for Training and Updating of Basic Education Professionals in Mato Grosso (Cefapro/MT) in the context of the Education State Secretariat (Seduc/MT) Training Policy. We have tried to chronologically reconstitute the Cefapro/MT trajectory, indicating hte context of its origin, its objectives, its administrative structure and pedagogical orientation. The data were collected from official texts from Brazilian and State legislation, as well as interviews with protagonists of Cefapro/MT history. The analyses indicate that the initiative of the creation of Cefapro/MT happened in the context of a public school and was subsequently assumed as a State policy for the continued education of all education professionals.*

KEYWORDS: *Cefor; Cefapro; Continued Education.*

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é descrever a criação e a (re)configuração das ações do atual, Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (Cefapro/MT). Ao destacar o papel do Cefapro/MT no contexto da Política de Formação da Secretaria de Estado de Educação/MT (Seduc/MT) procuramos reconstituir cronologicamente sua trajetória, indicando o contexto de sua origem, seus objetivos, sua estrutura administrativa e orientação pedagógica.

Na primeira parte deste artigo apresentamos o resultado de nossas investigações sobre o processo de criação do Cefapro/MT, que resultou na transformação do mesmo em uma política de Estado. Para desenvolver tal análise nos apoiamos nos trabalhos de Rocha (1996; 2001), Rodrigues (2004) e Favretto (2006), que escreveram sobre o Centro de Formação em pauta. Fazemos uso também do Decreto Estadual nº 2.007/1997, que trata da criação do Cefapro/MT, bem como da Portaria Estadual nº 02/98-Seduc/MT, que aborda a respeito da estrutura administrativa e pedagógica de tal Centro. Além disso, extraímos dados de entrevistas com idealizadores e protagonistas dessa história.

O Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso como uma política de Estado é discutida na segunda parte deste artigo. Destacamos as mudanças administrativas e estruturais que ocorreram e vêm ocorrendo no referido Centro. Para a concretização de tal análise buscamos apoio em Rocha (2001; 2010), que analisa o processo de transformação de um grupo de estudos em uma escola pública para uma política de Estado. A análise foi desenvolvida também com base nos seguintes documentos oficiais: Decretos Estaduais (n^{os} 2.007/97; 2.319/98; 0053/99 e 6.824/2005) e Lei (n^o 9.072/2009), que dispõem sobre a criação dos polos de Cefapro em Mato Grosso; Decreto Estadual (n^o 2.116/98), que dispõem sobre a criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE); Portarias Estaduais (n^{os} 02/98, 048/99 e 07/2004) e Lei Estadual (n^o 8.405/2005), que dispõem sobre a estrutura administrativa e pedagógica do Centro; e Lei Complementar Estadual (n^o 50/1998), que dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação básica do Estado de Mato Grosso.

O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO CEFAPRO/MT

O descompromisso do Estado com a educação tem raízes históricas no Brasil. As primeiras décadas do século XX são marcadas por reformas que não promoveram mudanças no frágil campo da formação de professores. A Lei nº 4.024/61 enfatizou as áreas de formação geral em detrimento da formação específica¹, ensejando o ensino como técnica. A Lei nº 5.692/71 não privilegiou nenhum desses aspectos (formação geral ou específica) e transformou a Escola Normal em uma habilitação profissionalizante.

Durante mais de um século – de 1834 a 1971 –, a Escola Normal cumpre o papel de formação do profissional de educação, denominado então “professor primário”. Isto ocorre até 1971, quando a Lei 5.692/71 transforma o Curso Normal em Habilitação Profissionalizante ao Magistério no conjunto geral de uma incosequente proposta de profissionalização do ensino de 2º grau (FUSARI; CORTESE, 1989, p. 74).

Em relação a essa mudança da Escola Normal, o movimento dos educadores se organizou no intuito da defesa de uma escola pública de qualidade e pela discussão da formação de professores. Essa mobilização foi intensificada no final da década de 1970 e início da década de 1980, tanto no que se refere às lutas salariais e melhores condições de trabalho, quanto no que se refere à melhoria da educação e formação profissional.

As lutas da categoria e as iniciativas governamentais em favor de um ensino de qualidade em diferentes níveis tinham, portanto, um sentido de superação de graves problemas no campo da educação. Foi um tempo de greves de educadores, de amplos debates sobre educação, de dinamização das ações de entidades educacionais, de articulações nacionais em função da Lei de Diretrizes e Bases, de reformas curriculares, especialmente no Ensino Fundamental, de disseminação de programas de formação continuada, de criação dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam) (BRASIL, 1999, p. 29).

Para dar uma resposta ao complexo problema da formação de professores, na década de 1980, foi criado o projeto Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam). De acordo com Rocha (2001), o Cefam foi um projeto construído no contexto do movimento dos educadores que buscava jogar luz sobre tal problema. Nesse sentido, apontava-se a escola como

[...] uma instituição social cuja função específica é a produção e difusão de saber historicamente acumulado, como instrumentalização dos alunos para participarem das lutas sociais mais amplas, objetivando a necessária transformação da sociedade, em uma sociedade justa (PIMENTA *apud* ROCHA, 2001, p. 40).

A configuração dos Cefam foi sendo definida em encontros realizados em 1982, com a presença de representantes do Ministério da Educação (MEC) e de um conjunto de instituições formadoras interessadas no assunto. Pretendia-se criar um espaço que pudesse possibilitar aos professores situações de formação, atualização e aperfeiçoamento, bem como de desenvolvimento de práticas inovadoras e pesquisa.

Não se trata evidentemente da criação de uma nova unidade escolar, mas do redimensionamento das escolas normais, nos seus aspectos qualitativos, na sua amplitude e na sua área de abrangência. Uma escola assim concebida voltar-se-á, simultaneamente, para o professor em formação, o professor em exercício, formado ou leigo, numa perspectiva de educação permanente integrada à escola de 1º grau (1ª a 4ª séries), à pré-escola e a instituição do Ensino Superior (FUSARI; CORTESE, 1989, p. 76).

A princípio esses Centros foram criados somente em três estados, sendo estes: Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No Mato Grosso o Cefam passou a fazer parte da política estadual em 1986, mas só se concretizou em 1989.

Assim, tivemos em 1989, a implantação do Cefam em Cuiabá, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus André Avelino Ribeiro; Barra do Bugres, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Júlio Müller e, em 1990, em Rondonópolis, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Sagrado Coração de Jesus; em Várzea Grande, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Licínio Monteiro; em Sinop, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Nilza de Oliveira Pipino e, em Cáceres, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Onze de Março (ROCHA, 1996, p. 77).

Os Cefam do Estado de Mato Grosso tomam rumos diversos, pois dependeram de questões financeiras e da potencialidade das lideranças que assumiram os trabalhos. Alguns Cefam retornaram às origens das escolas de Habilitação de Magistério. Outros tentaram promover inovações no campo da formação continuada.

Dentre as escolas de Mato Grosso que desenvolveram o projeto merece destaque a Escola Sagrado Coração de Jesus, que integra a rede

pública de ensino do município de Rondonópolis/MT. Isso porque as ações desenvolvidas por esta instituição incluíam encontros nos quais professores e alunos do curso de Magistério desenvolviam reflexões sobre o trabalho docente. A professora Simone Albuquerque da Rocha, da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* de Rondonópolis (UFMT/CUR), foi uma das protagonistas desta história. Na entrevista, gentilmente concedida a este estudo, a professora explicou que

[...] a Escola Sagrado Coração de Jesus², foi sede, selecionada pela Seduc/MT, em convênio federal, e foi designado como um dos seis Cefam, o de Rondonópolis. [...] o trabalho consistia em fomentar a formação continuada no curso de Magistério (Simone Albuquerque da Rocha, em julho/2011).

Com a organização do Cefam na referida escola, o grupo responsável pela organização deste Centro pediu apoio ao Departamento de Educação da UFMT/CUR, “[...] para que, na medida do possível, contribuísse com discussões e temas de pesquisas recentes, nos encontros” (ROCHA, 1996, p. 91). Tal experiência foi apoiada também pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).

Em 1996, com a extinção do Curso Normal na Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, o Cefam também foi extinto, porém a escola considerou necessário manter as ações de formação continuada e deu origem ao Centro Permanente de Formação de Professores (Cefor). A organização desse Centro se distinguiu de outras ações até então desenvolvidas no Estado, pois foi um trabalho elaborado e gerido pelos próprios docentes, conhecedores da realidade na qual atuavam e dos problemas que enfrentavam no cotidiano da sala de aula. Esse grupo se reunia semanalmente para a discussão de melhorias em seu trabalho pedagógico e para o fortalecimento político do mesmo.

Cefor – Centro de Formação Permanente de Professores foi a denominação dada pela Equipe de Coordenadores à sua proposta de educação contínua dos professores das séries iniciais da rede pública de ensino de Rondonópolis, que foi executada em 1996 e 1997. Esse centro foi uma organização sem vínculos institucionais com a Seduc e se constituiu num espaço social e administrativo da Escola (RODRIGUES, 2004, p. 76).

Neste processo, “[...] professores universitários, psicólogos, sindicalistas, entre outros profissionais, foram convidados a participar do projeto promovendo palestras, cursos, oficinas, coordenando leituras e debates” (RODRIGUES, 2004, p. 19). Essa articulação deu visibilidade à atuação do Centro, chamando a atenção de outras escolas.

Quando o grupo todo passa, a saber, que a Universidade está parceira, mais escolas começaram a querer participar, daí não só as escolas de magistério, as outras também. [...] o que é mais importante nisso, é que era uma busca dos professores pela sua atualização. Ninguém os obrigava a nada, era por vontade própria (Simone Albuquerque da Rocha, em julho/2011).

O grupo desenvolvido na Escola Sagrado Coração de Jesus cresceu e com isso passou a realizar várias sessões de estudo, com a participação de várias escolas (estaduais e municipais), e com o apoio da UFMT/CUR e Sintep/MT. Em entrevista, a professora Ivone de Oliveira Guimarães Favretto³ destacou a importância do grupo para os sujeitos envolvidos.

Nós professores sentíamos a necessidade de estar mais preparados e mais fortalecidos, tínhamos essa necessidade e, também éramos muito ligados ao movimento político, praticamente todos os professores eram filiados ao Sintep/MT e alguns ao Sipro⁴. Na ocasião o Sintep também promoveu cursos de formação para professores. Muitas vezes discutíamos entre nós mesmos, conforme a área e a dificuldade que sentíamos. Alguém do grupo tomava a frente e conduzia o estudo dirigido, em outros momentos buscávamos auxílio dos professores da UFMT para conduzir as discussões, pois alguns professores da UFMT já tinham trabalhado na escola (Ivone de Oliveira Guimarães Favretto em junho/2011).

A validade dessa experiência desenvolvida no contexto da Escola Sagrado Coração de Jesus, localizada no município de Rondonópolis, levou a Seduc/MT a idealizar esse centro como uma política de Estado.

Os Centros de Formação e Atualização do Professor - Cefapro foram criados a partir do Centro de Formação Permanente de Professores – Cefor que teve sua origem na Escola Sagrado Coração de Jesus de Rondonópolis-MT, para institucionalizar o projeto de formação permanente dos professores que já existia e não era reconhecido pelo Estado (FAVRETTO, 2006, p. 55).

A professora Simone Albuquerque da Rocha foi uma das precursoras dos projetos Cefam e Cefor da Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus em Rondonópolis/MT, primeiramente lecionando no curso de Magistério e depois como docente da UFMT/CUR. Por essa e outras razões a referida professora foi convidada pela Seduc/MT a contribuir para a institucionalização dessa experiência, como política pública estadual.

A Secretária, no sentido de montar uma proposta aproximada da desenvolvida na Escola, fez um convite para que eu contribuísse na construção do Projeto, ao qual acenei positivamente, iniciando as discussões no âmbito da Secretária até definirmos a proposta de criação dos Centros de Formação e Atualização do Professor, um projeto de muitas parcerias (ROCHA, 2001, p. 4).

Além da professora Simone Albuquerque da Rocha, o professor Antonio Carlos Máximo, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e a professora Selma Garrido Pimenta, da Universidade de São Paulo (USP), também foram consultores do Projeto.

Adotando muito da experiência da escola, e ainda buscando visitar projetos e programas de outros estados que permitissem adequar algumas metodologias à realidade do Mato Grosso, foi desenhado pela primeira vez o Projeto dos Centros de Formação (ROCHA, 2001, p. 68).

A partir da construção do projeto do Cefapro/MT a Seduc/MT publicou o Decreto Estadual nº 2.007/1997, que criou o Centro de Formação e Atualização do Professor. A incorporação de uma iniciativa de formação continuada originada no contexto de uma escola pública pela instância governamental dá evidências de que as políticas podem ser formuladas em diferentes contextos. Este fato indica que o poder não tem um lugar fixo. Ele está presente também nas instituições educativas e na prática dos professores. O reconhecimento deste fato favorece o empoderamento dos educadores, aumentando assim as possibilidades de atuação efetiva desses na produção das políticas.

O CENTRO DE FORMAÇÃO COMO UMA POLÍTICA DE ESTADO

A experiência referendada acima, além do contexto estabelecido pela da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) de

1996, no que se refere à formação e valorização docente, possibilitou no Mato Grosso a criação do na época Centro de Atualização e Formação do Professor (Cefapro/MT), com vistas a “[...] auxiliar os professores da rede pública de ensino a refletirem sobre a repercussão social de sua prática” (MATO GROSSO, 1998, p. 3). Nesse sentido, o Centro de Formação e Atualização do Professor nasce com o propósito de atuar em programas de formação continuada e formação de professores não habilitados. Na época, segundo dados da Seduc/MT⁵, existiam 2.600 professores efetivos não habilitados atuando no sistema.

Os Centros tiveram seu início na Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, que já mantinha uma cultura de formação continuada dos seus professores junto a outras escolas, o Cefor. Esse centro em determinado período somou 400 professores em formação e esta adesão se deu pela iniciativa da escola em estudar coletivamente nas reuniões destinadas para tal fim. A formação contava com uma coordenação geral e vinte e dois coordenadores responsáveis pelas leituras e contatos com as demais escolas da rede estadual e municipal, recebendo apoio dos professores do Departamento de Educação da UFMT. Esse modelo gestado na escola foi aprimorado e ampliado gerando uma política de formação que se efetivaria nos Centros de Formação e Atualização do Professor (Cefapro) (ROCHA, 2010, p. 86).

O contexto educacional quando da criação do Cefapro em Mato Grosso expressava-se em efervescentes discussões, sobre o Programa de Gestão Única, Avaliação Institucional, Perspectivas para o Ensino Médio e Ciclo Básico de Alfabetização. No que se refere à formação de professores, esse Centro resgatou as discussões sobre a extinção do curso de Magistério no estado, por isso, uma das frentes de atuação do Cefapro/MT era a formação de professores leigos.

A princípio a atuação deste Centro ficou centrada nas cidades de Cuiabá, Diamantino e Rondonópolis. Porém, diante dos muitos problemas relativos à formação de professores, Mato Grosso se lança como piloto no Programa de Formação de Professores Leigos (Proformação). Naquele contexto o Cefapro/MT foi assumido como Agência Formadora. A necessidade de ampliar o investimento na formação continuada e na formação de professores leigos motivou a instituição do Decreto Estadual nº 2.319 de 8 de junho de 1998, que autorizou a criação de mais 05 (cinco) polos do Cefapro/MT, sendo estes localizados nas cidades de Sinop, São Félix do Araguaia, Matupá, Juara e Cáceres. Em 1999, o Decreto Estadual nº 53/99 permitiu a criação de mais 04 (quatro)

polos distribuídos nas seguintes cidades: Juína, Alta Floresta, Barra do Garças e Confresa. Esses polos foram definidos geograficamente pela demanda de professores leigos existentes naquelas regiões, sendo a escolha articulada com a implantação do Proformação, em convênio com o MEC. Segundo Rocha (2001, p. 73), “[...] a aceleração da implementação do Centro, enquanto política de Estado se iniciou a partir das exigências para a implantação do Proformação”.

Antes de o Mato Grosso extinguir os cursos de Magistério, a Secretaria de Estado de Educação já discutia a possibilidade de se criarem espaços de Formação Continuada para os seus professores e a intenção de adotar programas pontuais de Formação Inicial e/ou Profissional para atender a demanda existente na educação pública (ROCHA, 2001, p. 66).

Para a concretização de tal proposta a Portaria Estadual nº 02/1998 estabeleceu que o Centro de Formação fosse constituído por: um diretor, um coordenador pedagógico, um secretário, um assistente de administração e o quadro de docentes (professores-formadores⁶) que seria constituído por meio de um processo seletivo, conforme edital publicado.

As vagas⁷ referentes aos professores-formadores eram constituídas das seguintes áreas: Metodologia da Língua Portuguesa e Redação; Metodologia de Matemática e Ciências; Metodologia de Estudos Sociais; Fundamentos da Educação; Alfabetização e Literatura Infantil e Práticas Pedagógicas e pesquisa Educacional. Isto porque, a princípio, as ações estavam mais voltadas para o Ensino Fundamental⁸.

Atualmente o quadro⁹ de professores-formadores do Cefapro/MT é composto pelas diferentes áreas do conhecimento e das diferentes disciplinas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (espanhol e inglês), Artes, Educação Física); Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Biologia, Química, Física e Matemática), Alfabetização (Pedagogo), além das modalidades/especificidades Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Indígena, Tecnologia Educacional, Profissional da Área 21, Educação Quilombola e Diversidade na Educação Básica. A quantidade de vagas para cada área/disciplina e/ou modalidade/especificidade é condicionada ao número de municípios, escolas e profissionais da educação que cada polo atende.

Quanto à estrutura física, inicialmente o Cefapro/MT instalou-se em escolas, na maioria dos casos, com o apoio da Prefeitura do município sede do polo. Assim alguns polos instalaram-se mais rapidamente e outros foram se constituindo, muitas vezes de uma única sala. Atualmente, apenas 08 (oito) dos 15 (quinze) polos de Cefapro/MT possuem sede própria; os outros estão em processo de construção. A infraestrutura física é constituída por auditório, sala de aula e laboratórios de informática, biblioteca, assim como dependências administrativas e pedagógicas (salas de reuniões e de professores-formadores). Apenas um dos polos possui alojamento para abrigar os profissionais que participam de formações oferecidas no município sede. Alguns dos prédios alugados possuem estrutura adequada, enquanto outros se tornam carentes de espaço físico, o que dificulta o trabalho no Centro de Formação.

O reconhecimento da importância do Cefapro/MT na política de formação do Estado de Mato foi realçado na Portaria nº 48/99-Seduc/GS/MT que caracterizou tais espaços como escolas que atuam em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios.

Art. 1º Os 12 Centros de Formação e Atualização do Professor (Cefapro), são referências das Políticas de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação do Estado de Mato Grosso. Art. 2º Os Centros de Formação e Atualização do Professor (Cefapro) se constituem em Escolas do Sistema Público do Ensino de Mato Grosso, com a finalidade de desenvolver programas e projetos de Formação Inicial e Continuada, coordenar e sediar programas de plenificação, qualificação e requalificação dos Profissionais da Educação em nível de Ensino Médio e 3º grau, conveniados entre Seduc, MEC, Municípios e IES (MATO GROSSO, 1999, p. 1).

Ao atribuir ao Cefapro/MT a tarefa de promover a formação continuada de todos os profissionais da educação básica de Mato Grosso, a legislação estadual ampliou o raio de abrangência desta unidade formativa. Isso ocorreu porque, de acordo com a Lei Complementar nº 50/1998 de Mato Grosso, entende-se por profissionais da educação todos os funcionários da escola.

Art. 2º Entende-se por Profissionais da Educação Básica o conjunto de professores que exercem atividades de docência ou suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de coordenação, assessoramento pedagógico e de direção escolar, e funcionários Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, que desempenham atividades nas unidades escolares e na administração central do Sistema Público de Educação Básica (MATO GROSSO, 1998, p. 1)¹⁰.

Esta proposta só foi concretizada em 2005, por meio da Lei nº 8.405. Tal dispositivo legal propôs mudança de nomenclatura e objetivos pedagógicos e administrativos no Centro de Formação. Estes passaram a se chamar Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso. Nesse novo contexto, mudou também a função do referido Centro, que assumiu a tarefa de promover o processo de formação continuada, de fomentar o uso das tecnologias e de possibilitar a inclusão digital de todos os profissionais da educação básica do Estado. Por força da mesma Lei (nº 8.405/2005), o Centro de Formação passou de unidade escolar para unidade administrativa, se constituindo como parte descentralizada do órgão central.

Em dezembro de 2005 os Cefapro, até então criados por Decreto, foram transformados em unidades administrativas da Seduc por força de lei (Lei 8.405/2005). Esta iniciativa do executivo estadual materializou, como compromisso de Estado, o fortalecimento do agente executor da política de formação continuada dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino. Os Centros têm por finalidade, portanto, desenvolver “a formação continuada, o uso de novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem e a inclusão digital de profissionais da rede” (Parágrafo Único do Artigo 1º) (MATO GROSSO, 2010, p. 19).

A mudança referida na função do Centro se deu pela materialização da incorporação definitiva dos Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE), criados pelo Decreto nº 2.116 de 10 de fevereiro de 1998. Foram definidas então, novas funções para os Cefapro/MT:

- 1) Diagnosticar necessidades, apoiar e propor ações formativas junto às escolas da rede pública de ensino;
- 2) Elaborar, acompanhar e avaliar o projeto de formação continuada das escolas, contribuindo para o desenvolvimento dos profissionais que nela atuam;
- 3) Estimular, divulgar e realizar ações inovadoras, através da troca de experiências, da reflexão e pesquisa sobre a própria realidade educativa;
- 4) Diagnosticar as necessidades e propor projetos de áreas específicas, visando a qualidade do ensino e da aprendizagem;
- 5) Responder as necessidades de melhorar os projetos formativos nas escolas e co-responsabilizar todos os envolvidos nesse processo;
- 6) Disseminar as políticas públicas nacionais e estaduais de formação inicial e continuada em todo o território mato-grossense;
- 7) Mediar as necessidades formativas e as políticas oficiais, fortalecendo e dinamizando a rede de formação (MATO GROSSO, 2010, p. 22).

Para abranger a totalidade do estado, em 2005, pelo Decreto Estadual nº 6.824, criou-se o polo de Tangará da Serra. Em 2009, pela Lei Estadual nº 9.072, mais dois polos foram constituídos: Primavera do Leste e Pontes e Lacerda, totalizando o quadro de quinze polos existentes atualmente. Esses polos do Centro de Formação estão localizados em municípios estratégicos, para que possam atender os 141 municípios do estado. O mapa abaixo mostra a localização de cada um destes.

Figura 1 – Mapa com a localização dos Polos de Cefapro/MT



Fonte: Seduc, 2011.

Cada um dos polos é composto por vários municípios, que correspondem aos pontos numerados na Figura 1. A criação deste conjunto de polos é justificada primeiramente pela implantação na época do Proformação (1998) e atualmente mantém-se essa estruturação pela ideia de descentralização, ou seja,

a instituição formadora fica próxima ao local de trabalho dos profissionais da educação, evitando que ele se afaste do mesmo, elegendo a escola como locus privilegiado da formação continuada de todos os profissionais da educação básica. Esta iniciativa está relacionada com o entendimento de que a educação escolar não ocorre apenas no âmbito da sala de aula, mas na escola como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas análises sobre o contexto de criação do Cefapro/MT na formação continuada dos profissionais da educação básica de Mato Grosso indicam que a iniciativa de criação deste Centro de Formação se deu no contexto de uma escola pública no município de Rondonópolis/MT. Os idealizadores dessa história destacaram que o mais importante nesse momento era a busca dos professores pela sua própria formação.

Posteriormente, a proposta foi assumida como uma política de Estado para a formação continuada de professores e dos demais profissionais da educação. Nossas análises indicam que essa iniciativa constitui-se em evidências de que as políticas podem ser formuladas em diferentes contextos. Este fato mostra também que o poder não tem um lugar fixo. Ele está presente nas instituições educativas e na prática dos profissionais da educação.

A princípio a atuação do Cefapro/MT ficou centrada nas cidades de Cuiabá, Diamantino e Rondonópolis. Porém, com a incorporação do Programa de Formação de Professores Leigos (Proformação) pelo Estado, este Centro foi assumido como Agência Formadora. Assim, houve a necessidade de criação de mais 05 (cinco) polos, sendo estes localizados nas cidades de Sinop, São Félix do Araguaia, Matupá, Juara e Cáceres. Em 1999, houve a criação de mais 04 (quatro) polos, nas cidades de Juína, Alta Floresta, Barra do Garças e Confresa.

Em 2005, já com o objetivo de atuação nos processos de formação continuada de todos os profissionais da educação básica e no sentido de abranger a totalidade do estado, criou-se o polo de Tangará da Serra. Em 2009, mais dois polos foram constituídos em Primavera do Leste e Pontes e Lacerda, totalizando o quadro de quinze polos existentes atualmente.

Consideramos que o Cefapro/MT se constitui em um centro de formação relevante ao contexto educacional atual de Mato Grosso, porém ainda necessita de estruturação física e pedagógica. Entendemos que esta estruturação é a que dará base ao seu desenvolvimento enquanto instituição responsável pela formação continuada de todos os profissionais da educação básica do Estado.

NOTAS

1. O curso Normal continha em sua grade curricular disciplinas diferenciadas em cada estado no que se refere ao currículo específico de preparação para a profissão, além da durabilidade e turnos de funcionamento distintos (ROCHA, 1996, p. 29).
2. O critério de escolha para uma escola tornar-se Cefam era: ter o corpo docente habilitado; ter condições de articulação com o Instituto de Ensino Superior; ter localização central; estar sensível às mudanças; ter história relacionada à formação de professores e ser reconhecida pela comunidade.
3. A Professora Ivone Guimarães Favretto atuava na área das ciências da natureza na Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus na época da constituição e atuação do Cefor (1996/1997).
4. Sindicato de Professores e Servidores Públicos de Rondonópolis/MT.
5. MATO GROSSO, 1998, p. 8.
6. Este profissional é um professor da rede básica pública estadual, possui regime de trabalho de 40 (quarenta) ou 60 (sessenta) horas semanais, com experiência mínima de 03 (três) anos de sala de aula. Está na função de professor-formador depois de um processo seletivo promovido pela Seduc/MT em parceria com as IES públicas do Estado.
7. Edital n° 02/98/Seduc-MT.
8. Portaria n° 07/2004/Seduc-MT.
9. Edital n° 04/2004/Seduc-MT.
10. Freitas (1992) apresenta outra conceituação para profissionais da educação. Ele considera como profissionais da educação aqueles formados pela Escola Normal e pelos Cursos de Licenciaturas de nível universitário (seja o Curso de Pedagogia, sejam os Cursos de Licenciaturas específicas em áreas de conhecimento definidas, p. ex., Professor de Matemática, Física). Isto, obviamente, não inclui todos os profissionais que trabalham na escola (p. ex., não inclui a merendeira, o porteiro, o pessoal da limpeza, eventualmente a bibliotecária, entre outros). Destaca ainda que os demais atores da escola não deixam de ser profissionais, mas foram preparados para outras relações, definidas pela natureza de sua própria função. Como integrantes do aparato escolar, são todos trabalhadores da educação, mas não necessariamente profissionais da educação (FREITAS, 1992, p.8). Porém no presente estudo serão considerados profissionais da educação todos os funcionários da escola. Este conceito está subsidiado pela Lei Federal n° 12.014/2009.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4024/1961**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC, 1961.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 5.962/1971**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC, 1971.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 12.014/2009**, que altera o artigo 61 da Lei 9394/1996 com a finalidade de discriminar as categorias que podem ser consideradas como profissionais da educação. Brasília: MEC, 2009.

FAVRETTO, Ivone de Oliveira Guimarães. **A formação continuada dos professores em exercício nas escolas públicas de Rondonópolis-MT: uma investigação sobre as instâncias Formadoras**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT/IE, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos de. Em direção a uma política para a formação de professores. **Em Aberto**, ano 12, n. 54, abr./jun. 1992. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/801/720>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

FUSARI, José Cerchi; CORTESE, Marlene Pedro. Formação de professores a nível de 2º grau. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 70-80, fev./1989.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. **Edital nº 02/1998**, que dispõe sobre o processo seletivo para os profissionais do Cefapro/MT. Cuiabá: Seduc, 1998.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Decreto nº 2.007/1997**, que dispõe sobre a criação de Centros de Formação e Avaliação do Professor. Cuiabá: Seduc, 1997.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Lei Complementar nº 50/1998**, que dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Básica. Cuiabá: Seduc, 1998.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Decreto nº 2.319/1998**, que dispõe sobre a criação de Centros de Formação e Atualização do Professor. Cuiabá: Seduc, 1997

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Portaria nº 02/1998**, que dispõe sobre a estrutura administrativa e pedagógica dos Centros de Formação e Atualização do professor. Cuiabá: Seduc, 1998.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Decreto nº 2.116/1998**, que dispõe sobre a criação dos Núcleos de Tecnologias Educacionais. Cuiabá: Seduc, 1998.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Decreto nº 0053/1999**, que dispõe sobre a criação de Centros de Formação e Atualização do Professor. Cuiabá: Seduc, 1999.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Portaria nº 048/1999**, que dispõe sobre a estrutura administrativa e pedagógica dos Centros de Formação e Atualização do Professor. Cuiabá: Seduc, 1999.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Portaria nº 07/2004**, que dispõe sobre a estrutura administrativa e pedagógica dos Centros de Formação e Atualização do Professor (Cefapro). Cuiabá: Seduc, 2004.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Lei nº 8.405/2005**, que dispõe sobre a estrutura administrativa e pedagógica dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Seduc, 2005.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Decreto nº 6824/2005**, que dispõe sobre a criação de Centros de Formação e Atualização. Cuiabá: Seduc, 2005.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Lei nº 9072/2009**, que dispõe sobre a criação de Centros de Formação e Atualização. Cuiabá: Seduc, 2009.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Política de formação dos profissionais da educação básica de Mato Grosso**. Cuiabá: Seduc, 2010.

ROCHA, Simone Albuquerque. Habilitação magistério em Mato Grosso: o caso do Cefam em Rondonópolis. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Unesp, São Paulo, 1996.

_____. **Os professores leigos e o Proformação**: uma alternativa possível a partir do projeto piloto de Mato Grosso. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Unesp, Marília, SP, 2001.

_____. **Formação de professores em Mato Grosso**: trajetórias de três décadas (1977-2007). Cuiabá: EdUFMT, 2010.

RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi. **Práticas de formação contínua em Mato Grosso - da autonomia professoral à prescrição da política estatal**. 2004. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 2004.